



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

***O gosto amargo do escravo: os trabalhadores da colheita da erva-mate em
Santa Catarina***

Poliana Dallabrida Wisentainer

Florianópolis

Novembro de 2015

Poliana Dallabrida Wisentainer

***O gosto amargo do escravo: os trabalhadores da colheita da erva-mate em
Santa Catarina***

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a aprovação na disciplina **Técnicas de Projetos em Comunicação**, ministrada pela professora Daiane Bertasso, no semestre de 2015.

Orientador Indicado: Carlos Locatelli

Florianópolis

Novembro de 2015

FICHA DO TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – JORNALISMO UFSC		
ANO	2016	
ALUNO	Poliana Dallabrida Wisentainer	
TÍTULO	O Gosto Amargo do Escravo: os trabalhadores da colheita da erva-mate em Santa Catarina	
ORIENTADOR	Carlos Locatelli	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
	<input type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Web site	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
CATEGORIA	<input type="checkbox"/> Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input checked="" type="checkbox"/> Reportagem Livro-reportagem (x)	<input type="checkbox"/> Florianópolis <input checked="" type="checkbox"/> Brasil <input checked="" type="checkbox"/> Santa Catarina <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Região Sul País: _____
ÁREAS	Direitos Humanos	
RESUMO	<p>Este projeto de Trabalho de Conclusão de Curso é um livro-reportagem sobre trabalhadores mantidos em situação análoga à escravidão na colheita da erva-mate no Oeste, Meio Oeste e Planalto Norte catarinense, regiões responsáveis pela maior parte da produção de Santa Catarina. Além de contar as histórias de penúria e humilhação dos trabalhadores, pretendo descrever por que, onde e como se dá a escravidão moderna no setor ervateiro, e a quem serve esse regime de superexploração. Dividido em quatro capítulos, o livro-reportagem seguirá a ordem cronológica do trabalho na colheita, desde o período anterior à safra até a comercialização da erva. No primeiro capítulo, espero (1) narrar como os trabalhadores são cooptados para a colheita e explicar o vínculo entre o “gato”, responsável pela contratação da mão-de-obra, e as indústrias ervateiras. Em seguida, pretendo (2) contar como é feita a colheita da erva, ressaltando as</p>	

condições insalubres da atividade. No terceiro capítulo (3) apresentarei o papel das instituições públicas de combate ao trabalho escravo, além de expor as fragilidades da fiscalização no setor ervateiro. Que “fim” leva a erva-mate e seu trabalhador? Esta pergunta norteará o último capítulo, em que me proponho a (4) entender como cada etapa da produção e distribuição da erva-mate contribui para aumentar o abismo entre o trabalhador escravizado e os lucros dos empresários do setor.

Palavras-chave: jornalismo, Santa Catarina, escravidão, trabalho, erva-mate.

EMENTA DO PROJETO

- a. Título do projeto: O gosto amargo do escravo: os trabalhadores da colheita da erva-mate em Santa Catarina
- b. Natureza do projeto: IMPRESSO/livro-reportagem
- c. Aluno responsável: Poliana Dallabrida Wisentainer
- d. Suporte do projeto: Texto impresso
- e. Instituições envolvidas e equipe: UFSC
- f. Semestre programado para realização: 2016.1
- g. Custos e fontes de financiamento: R\$4.600,00/financiamento próprio
- h. Indicação do professor-orientador: Carlos Locatelli

RESUMO

Este projeto de Trabalho de Conclusão de Curso é um livro-reportagem sobre trabalhadores mantidos em situação análoga à escravidão na colheita da erva-mate no Oeste, Meio Oeste e Planalto Norte catarinense, regiões responsáveis pela maior parte da produção de Santa Catarina. Além de contar as histórias de penúria e humilhação dos trabalhadores, pretendo descrever por que, onde e como se dá a escravidão moderna no setor ervateiro, e a quem serve esse regime de superexploração. Dividido em quatro capítulos, o livro-reportagem seguirá a ordem cronológica do trabalho na colheita, desde o período anterior à safra até a comercialização da erva. No primeiro capítulo, espero (1) narrar como os trabalhadores são cooptados para a colheita e explicar o vínculo entre o “gato”, responsável pela contratação da mão-de-obra, e as indústrias ervateiras. Em seguida, pretendo (2) contar como é feita a colheita da erva, ressaltando as condições insalubres da atividade. No terceiro capítulo (3) apresentarei o papel das instituições públicas de combate ao trabalho escravo, além de expor as fragilidades da fiscalização no setor ervateiro. Que “fim” leva a erva-mate e seu trabalhador? Esta pergunta norteará o último capítulo, em que me proponho a (4) entender como cada etapa da produção e distribuição da erva-mate contribui para aumentar o abismo entre o trabalhador escravizado e os lucros dos empresários do setor.

Palavras-chave: jornalismo, Santa Catarina, escravidão, trabalho, erva-mate.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Justificativa	12
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
2. DESCRIÇÃO DO PROJETO	14
3. DESENVOLVIMENTO	17
4. CRONOGRAMA	18
5. ORÇAMENTO	18
6. FINALIDADES	19
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21
8. BIBLIOGRAFIA	22
ANEXO A.....	23
ANEXO B.....	24
ANEXO C – Termo de Aceite do Orientador.....	25
ANEXO D – Termo de Autorização de Uso do Laboratório.....	26

1. INTRODUÇÃO

Durante todo o ano, dezenas de homens e mulheres se amontoam na carroceria de caminhonetes e pequenos caminhões, dividindo espaço com facões, lonas e botas. Eles se preparam para iniciar a colheita da erva-mate, tradicionalmente consumida no Sul do Brasil em forma de chá. Ao chegar às frentes de trabalho, cada um deles sabe que não terá um quarto com instalações elétricas, que a água que beberá será de algum riacho próximo, onde também tomará banho, e que dormirá em colchões de densidade ínfima, junto ao fogareiro feito com tijolos e lenha na cozinha. Por que as ervateiras se recusam a cumprir leis trabalhistas em vigor há 70 anos? Por que os tarefeiros da colheita da erva-mate ainda trabalham em regime exaustivo, degradante e humilhante?

São recorrentes a autuação de ervateiros e o resgate de trabalhadores da colheita da erva-mate no Oeste, Meio Oeste e Planalto Norte Catarinense, principais regiões de produção no estado. O número de resgates só não é maior porque, de acordo com a auditoria fiscal Lilian Rezende, coordenadora do setor de fiscalização rural do MTE em Santa Catarina, é impossível realizar operações em todas as frentes de trabalho devido à falta de recursos financeiros, ao número reduzido de auditores e à dificuldade de identificação dos estabelecimentos irregulares (REZENDE, 2015).

Um relatório de monitoramento da cultura da erva-mate, elaborado pela própria Lilian Rezende em 2011, revela que entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010 foram resgatados 234 trabalhadores da colheita mantidos em condições análogas à escravidão em ações conjuntas realizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pôde-se constatar que, com raras exceções, “a extração da erva-mate tem se mantido como uma atividade que usa a mão-de-obra do trabalhador de forma especulativa e sem o cumprimento de uma série de obrigações trabalhistas” (REZENDE, 2011).

Manter trabalhadores em regime análogo à escravidão em setores da agricultura, pecuária e mineração é uma prática antiga, cuja existência foi reconhecida pelo poder público brasileiro apenas em 1995 (MTE, 2012). As tentativas de combate mais efetivas começaram oito anos depois, com a articulação de diferentes ministérios e secretarias. Um documento do setor de Fiscalização do Trabalho do MTE (ver Anexo A) mostra que, de janeiro de 2003 a junho de 2015, foram resgatados 41.110 trabalhadores em 1.541 operações de fiscalização móvel para erradicação do trabalho escravo no Brasil. Só no primeiro semestre deste ano, 222 trabalhadores foram resgatados em 59 operações realizadas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição que desde os anos 1970 denuncia e pressiona as autoridades para um combate mais efetivo ao trabalho escravo, publica anualmente relatórios com ocorrência e resgate de trabalhadores em condições análogas a escravidão em todos os estados brasileiros. O relatório mais recente da CPT é de 2014 (ver Anexo B) e demonstra que, naquele ano, em Santa Catarina, 48 trabalhadores foram libertados em seis municípios: Campo Erê, Caxambu do Sul, Criciúma, Grão Pará, Imbuia e Pinhalzinho, em atividades como reflorestamento, pecuária e lavoura. Dos casos registrados, um diz respeito à denúncia contra a Ervateira Cavalo Branco, no município de Pinhalzinho, que mantinha cinco trabalhadores em condições análogas às de escravos. Segundo levantamentos da CPT, de 2010 a 2014, a cada ano, pelo menos um caso de denúncia e resgate de trabalhadores em Santa Catarina está relacionado à atividade ervateira.

Os trabalhadores são submetidos a condições análogas à escravidão no Brasil, entre outros motivos, por estarem presos a dívidas que contraíram no recrutamento ao trabalho, o chamado “abono” (FIGUEIRA, 2004), mais comum na região Norte do país. A prática de adiantamento do salário da safra, porém, também ocorre no Sul, na colheita da erva-mate – ora para a compra de equipamentos de trabalho, como botas, lona e facão para o corte da vegetação, ora para compra de mantimentos no mercado “na conta do patrão” para o período da safra e para a família.

Diferentemente do relatado por Ricardo Rezende Figueira em zonas do Piauí e do Pará, onde é comum haver a coerção através da violência ou mesmo da responsabilidade moral que sentem os trabalhadores em relação a sua dívida, os safristas da colheita da erva-mate aceitam esse tipo de trabalho como a única opção (RENK, 1997). O fragmento a seguir esclarece as diferenças entre as violações ocorridas no trabalho escravo:

A relação de trabalho, a que esta tese se refere, vem acompanhada, muitas vezes, por um conjunto de práticas que podem ser, dependendo da autoridade coatora, tipificadas juridicamente como crime – manter pessoas em cárcere privado, violência física, como a tortura e lesões corporais, assassinato e danos ambientais – e violações às leis trabalhistas – não assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social, não recolhimento dos direitos previdenciários, não pagamento do salário e das férias, condições inadequadas de habitação, transporte, alimentação e segurança. (FIGUEIRA, 2004, p. 35)

As violações às leis trabalhistas apontadas por Rezende também são frequentes nos ervais do Sul do país (BENEDITO E SURKAMP, 2012). As diferenças regionais entre o que se entende por *condição análoga à escravidão* reforçam a própria disputa pelo significado do

termo “escravidão” entre juristas, representantes do Poder Executivo, pesquisadores e militantes. Ainda de acordo com Rezende:

A categoria trabalho escravo por dívida também tem sido utilizada para formas parecidas de trabalho sob coerção em outras regiões urbanas e rurais em diversas atividades produtivas. Como não se trata exatamente da modernidade de escravidão que havia na Antiguidade grego-romana, ou da escravidão moderna de povos africanos na América, em geral o termo escravidão veio acrescido de alguma complementação: “semi”, “branca”, “contemporânea”, “por dívida”, ou, no meio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo “análoga”, que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) designa a relação. (Ibidem)

Ao comprar a erva-mate embalada, disposta nas gôndolas dos supermercados, o consumidor, em geral, não associa o produto a um trabalho caracterizado por jornadas exaustivas e condições insalubres. Não há um reconhecimento do esforço despendido para a produção da mercadoria, o que remete a ideia de fetichismo sobre a qual discorreu Karl Marx (2007):

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, as relações sociais entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, 2007, p. 120)

O mesmo autor permite questionar ainda a dicotomia entre a mão-de-obra (no caso, o tarefeiro em condição análoga à escravidão) e o produto (erva-mate embalada) a partir do conceito de alienação. Nesse caso, o proletário, com quase toda a vida dispendida para realizar uma única atividade, desassocia o esforço e valor do seu trabalho e tampouco compreende as relações sociais e econômicas que foram impostas sobre ele (MARX, 2007). No processo de industrialização e modernização do campo intensificado pela Revolução Verde na década de 1960 (OLVEIRA E GANINI, 2007), também é possível encontrar relações de trabalho que flutuam entre um tipo moderno de feudalismo (compras “na conta do patrão”, barganha por dívida) e o capitalismo.

Em “Errantes do fim do século”, Maria Aparecida de Moraes Silva acompanhou, entre 1987 e 1990, trabalhadores e trabalhadoras da região rural de Ribeirão Preto, a maioria “de fora”, provenientes do Vale do Jequitinhonha mineiro. Como afirma a autora, trata-se de um estudo “visando à apreensão dos processos de expropriação, exploração-dominação e exclusão de milhares de homens e mulheres, produzidos no bojo da modernização trágica implantada na década de 1960 (...)” (SILVA, 1999, p. 15). Moraes Silva expõe ainda as

condições de vida precárias e as frágeis relações trabalhistas de cortadores de cana e trabalhadores da colheita do café e da laranja. Salvo algumas especificidades na fiscalização da extração da erva-mate, como o pequeno avanço no combate a terceirização da colheita ocorrido a partir de 2009 (com a publicação do TAC envolvendo MPT, MTE e mais de trinta ervateiras do Oeste e Meio Oeste catarinense), não há nenhuma diferença entre as condições a que estão submetidos os proletários rurais de Santa Catarina e os do interior de São Paulo, Minas Gerais, Pará ou Piauí, por exemplo.

Atrás dos rostos escurecidos pela fuligem da cana queimada, portanto, por detrás do trabalhador abstrato, enxerga-se o negro, a negra, o migrante, o homem, a mulher. Ao ampliar o campo de dominação, verifica-se, além de econômica, da extração de mais-valor, a dominação mediada por representações carregadas de significados de gênero e étnico-raciais. Esta postura teórico-analítica permite, *mutatis mutandis*, a compreensão da multiplicidade, das diferenças, das especificidades destas relações. E mais. Permite a percepção de maneira pela qual os diferentes agentes da dominação apoiam-se uns sobre os outros, negam-se entre si ou se reforçam mutuamente. Não se entende a dominação como algo político e a exploração como algo econômico. Não se tem a visão dualista assentada sobre oposições. Exploração e dominação (...) são as faces de um mesmo fenômeno. (SILVA, 1999, p. 16)

Inicialmente consumida por índios do Guaíra, território que hoje constitui o Paraná, a erva-mate, chamada de “caá-i”, foi apresentada aos espanhóis entre 1553 e 1556. A bebida era então consumida pelos índios antes e depois de atividades que requeriam esforço físico e, após três séculos, se tornaria um importante produto de exportação (BENEDITO E SURKAMP, 2012). A partir do século XIX, com o extermínio da população indígena, os negros, caboclos e bugres que habitavam a região oeste de Santa Catarina e Paraná tornaram-se a mão-de-obra predominante nas colheitas.

Os caboclos que chegavam ao Oeste para trabalhar na construção de ferrovias que seriam usadas para escoar a produção da erva (RENK, 1997) ocuparam gradativamente a região. Iniciou-se, então, um processo de colonização do território liderado por descendentes de italianos que habitavam o interior do Rio Grande do Sul. Através da chamada “Companhia” – que era responsável por comprar e vender terras aos recém-chegados imigrantes europeus –, os caboclos foram expulsos de seus lotes e coagidos a trocar a agricultura de subsistência por um trabalho análogo à escravidão na colheita da erva (RENK, 1997, p. 118). A dominação mediada por representações étnico-raciais descritas por Moraes Silva se repete, enfim, nos ervais do Sul do Brasil.

A inclusão de um e exclusão de outro cria as fronteiras sociais e étnicas entre os grupos envolvidos. Destas fronteiras, no caso em questão, a mais representativa é a da ocupação. Aos italianos cabe o espaço da lavoura, do comércio e da indústria. Os grupos produtivos envolvidos na erva distribuem-se de modo similar: os donos de

firma são italianos; os produtores de erva-mate são colonos ou fazendeiros e os extratores, invariavelmente, os caboclos. Neste caso, a extração é naturalizada como atividade de caboclo, sem esquecer a carga semântica do termo, como identidade estigmatizada. (RENK, 1997, p.172-173)

A divisão étnica do trabalho e as condições insalubres, análogas à escravidão, perpassam a história da extração da erva-mate desde o século XIX. Como sustenta Arlene Renk: “À medida que o lugar do tarefeiro é “no mato”, isto contribui para a incorporação da dominação. As divisões étnicas passam a ser correspondentes aos espaços, polarizados: os tarefeiros-brasileiros “no mato”; os gringos-donos-de-barbaquás, na cidade” (Ibidem, p. 177).

1.1. Justificativa

No semestre anterior à produção deste pré-projeto, quando pretendia apresentar um TCC sobre “pobreza extrema no campo”, cursei a disciplina Sócio-Economia Rural, no Departamento de Agronomia e Zootecnia da UFSC. Tive acesso a autores que discutiam sobre o impacto de políticas de acesso ao crédito para pequenos produtores, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), medidas para promoção da segurança alimentar e nutricional da população carente e incremento de renda como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Uma leitura mais detalhada sobre o tema, porém, me permitiu verificar que há uma parcela da população de zonas rurais dos municípios do interior que tangencia o problema do desenvolvimento de políticas públicas para o campo, pois está à margem dos processos produtivos do agronegócio ou da agroecologia – visões divergentes no que se refere ao crescimento econômico e social. Homens e mulheres que não são pequenos produtores, tampouco latifundiários: são “tarefeiros” (RENK, 1997), agregados, grupos de mão-de-obra volante. Para esses trabalhadores e suas famílias que, em geral, habitam municípios com os mais baixos índices de desenvolvimento humano de Santa Catarina, o acesso a direitos básicos como educação e saúde é restrito (mudanças constante de endereço, falta de documentação e, principalmente, informação) e as políticas públicas para a população rural não os incluem, já que a maioria não possui terra ou experiência em empreendimentos próprios.

Ao pesquisar o ambiente de trabalho da população nessas condições, constatei que, em Santa Catarina, a maioria se concentra nas colheitas sazonais da cebola, maçã e outras frutas de clima temperado, tomate e batata, e durante todo o ano na erva-mate, além de ser a mão-

de-obra do setor de celulose e reflorestamento. As fiscalizações do GFM e os termos de ajustamento de conduta no site do MPT de Santa Catarina confirmam a situação degradante desta população.

Minha proposta, então, era narrar histórias de trabalhadores em condições análogas à escravidão de cinco setores produtivos do estado: celulose/reflorestamento, maçã, cebola, tomate e erva-mate. Logo começou o dilema entre produzir um TCC com um recorte mais abrangente ou concentrar atenções sobre um dos setores produtivos e as especificidades de seus trabalhadores. Optei pelo segundo. A escolha pela erva-mate deveu-se ao acesso facilitado a materiais bibliográficos, além da maior viabilidade de locomoção entre as cidades produtoras de erva. Durante uma entrevista anterior à produção deste pré-projeto, Lilian Rezende, fiscal do MTE em Santa Catarina, relatou que a maioria das ervateiras de Santa Catarina submete seus trabalhadores terceirizados a jornadas exaustivas, insalubres e degradantes – condições que caracterizam a existência de trabalho escravo (Artigo 149 do Código Penal).

Essa situação flagrante de exploração e falta de perspectivas me fizeram optar, ao final, por apurar e escrever um livro-reportagem que compreenda os contextos sociais e econômicos que levam homens e mulheres a trabalhar em regime análogo à escravidão e questione a escolha dos empresários da erva-mate por manter seus trabalhadores nessas condições. Ao contar histórias de trabalhadores da colheita, pretendo narrar *como, quando, onde e por que* ainda existem escravos na colheita da erva-mate em Santa Catarina e, se possível, contribuir para chamar a atenção do poder público e da sociedade civil para este problema.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Compreender como e por que os trabalhadores da colheita da erva-mate em Santa Catarina são mantidos em condições análogas a escravidão, por meio da análise da cadeia produtiva no Planalto Norte e Meio Oeste catarinense.

1.1.2. Objetivos Específicos

- (1) Narrar como os trabalhadores são cooptados para a colheita e explicar o vínculo entre o “gato”, responsável pela contratação de mão-de-obra, e as indústrias ervateiras.
- (2) Contar como é feita a colheita da erva, ressaltando as condições insalubres da atividade.
- (3) Apresentar o papel das instituições públicas de combate ao trabalho, como o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e o MPT (Ministério Público do Trabalho), além de expor as fragilidades do trabalho de fiscalização.
- (4) Entender como cada etapa da produção e distribuição da erva-mate contribui para aumentar o abismo entre o trabalhador escravizado e os lucros dos empresários do setor.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O livro-reportagem será dividido em quatro capítulos, antecidos por uma introdução. Detalharei a seguir como se dará o desenvolvimento de cada parte do projeto experimental:

A introdução está em aberto. Poderá ser uma cena, um diálogo. Busca-se algo que aproxime o leitor da temática, sem precisar recorrer aos números e pesquisadores do trabalho escravo contemporâneo. Entrevistas que busquem contextualizar o conceito de trabalho análogo à escravidão e suas principais ocorrências no Brasil e no mundo estarão dispostas pelo livro-reportagem sempre que exista a necessidade de complementar alguma informação num capítulo. Para falar da realidade brasileira, analisarei os planos de ação realizados para o combate ao trabalho escravo, como a criação do CONATRAE (Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo) e do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Ao abordar a realidade de Santa Catarina, pretendo investigar como vive “o príncipe e seus servos”, uma alusão à ideia de “pequeno gigante” que Santa Catarina possui no cenário econômico nacional. Serão narrados alguns casos de fiscalização e resgate de trabalhadores na colheita da cebola, maçã e tomate, além do setor madeireiro e de reflorestamento. Entre as fontes a serem consultadas estão: (1) Padre Ricardo Rezende Figueira, que há anos atua em zonas de conflito agrário e publicou o livro “Pisando Fora da Própria Sombra – o escravo por dívidas no Brasil”; (2) Marcel Gomes, Secretário Executivo da ONG Repórter Brasil; (3) Laís

Abramo, coordenadora do Programa de Ação Especial para o Combate ao Trabalho Forçado OIT (Organização Internacional do Trabalho) no Brasil.

O principal objetivo do primeiro capítulo é entender como os trabalhadores são cooptados para a colheita e a relação comercial entre o “gato”, responsável pela contratação de mão-de-obra, e as indústrias ervateiras. Também pretendo demonstrar as diferenças do “gato” para o “patrão”. A pergunta norteadora é “De onde vêm a maioria dos trabalhadores da colheita? O que possuem em comum?”. Aqui farei conexões históricas com a figura do caboclo na Guerra do Contestado, personagem marginalizado no processo histórico da colonização da região Oeste de Santa Catarina. Para tanto, pretendo falar com (1) Arlene Renk, autora do livro “A Luta da Erva”, resultado da dissertação de mestrado defendida no curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Na obra, Renk investiga as tradições, diferenças e os papéis dos colonos italianos e dos “brasileiros” ou “caboclos” na ocupação do Oeste do estado no século XX, além de averiguar como os “brasileiros” foram isolados para o trabalho na colheita da erva – a chamada “luta da erva”. Outras fontes essenciais são os fiscais do trabalho do MTE do Paraná (2) Benedito Lima e (3) Luize Surkamp, que em 2012, publicaram o livro “Erva Mate: a erva que escraviza”. A obra é uma compilação do cenário e das histórias presenciadas durante fiscalizações a campos de colheitas da erva-mate no interior do Paraná. Pretendo conversar também com trabalhadores resgatados em fiscalizações do MTE e empresários do setor da erva-mate. Também pretendo realizar entrevistas com arregimentadores (os “gatos”), trabalhadores da colheita e familiares, lideranças das comunidades e outras pessoas que possam contribuir para entender a opção pela erva.

No segundo capítulo pretendo explicar como é feita a colheita da erva, expondo as condições insalubres da atividade. Espero, com as histórias dos (1) trabalhadores resgatados e com os relatos (2) dos que ainda exercem essa atividade, fontes fundamentais desta parte do livro, entender as motivações para escolherem a colheita. Há escolha? Optarei por, neste capítulo, reduzir ao mínimo possível, ou mesmo a zero, o número de “fontes oficiais” e dar espaço para a narrativa seguir e dar visibilidade às histórias dessas pessoas.

O terceiro capítulo abordará o papel das instituições públicas de combate ao trabalho, como o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e o MPT (Ministério Público do Trabalho). O trabalho de instituições atuantes em conflitos agrários, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), será aqui confrontado com a realidade do campo catarinense: é a CPT presença em Santa Catarina? Pretendo também relatar as dificuldades do trabalho de fiscalização, como a

falta de verbas federais para o deslocamento de equipes a campo e investigar a resistência de líderes políticos dos municípios ao trabalho do MTE e MPT, segundo relato da auditora fiscal do trabalho Lilian Rezende. Em exemplo para esse esforço contrário a fiscalização é a mudança no texto da Constituição que trata sobre Trabalho Escravo. Os parlamentares que protocolaram pedido de alteração da Constituição (PL-3842/2012) são ligados ao agronegócio. Uma investigação a respeito deste projeto, que atualmente tramita nas comissões do Trabalho, Administração e Serviço Público, na de Constituição e Justiça e na de Cidadania da Câmara dos Deputados, fará parte do terceiro capítulo. Como fontes, entrevistarei os auditores fiscais (1) Lilian Rezende, (2) Benedito Lima, (3) Luíze Surkamp, os promotores do Ministério Público do Trabalho (4) Sandro Sardá e (5) Marcelo D'Ambrosio, a diretora do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho) (6) Rosa Maria Campos Jorge e com os (7) deputados Moreira Mendes (PSD-RO), proponente da mudança no texto do Código Penal que trata sobre o trabalho escravo, Luís Carlos Heinze (PP-RS), relator da Comissão de Agricultura que aprovou a alteração. É importante salientar que me esforçarei, neste capítulo, em não fugir da temática dos trabalhadores da colheita da erva-mate, buscando dosar a informação universal com a particular (GENRO FILHO, 1987).

Por fim, o quarto capítulo começará com uma pergunta: “Que fim leva a erva-mate e seu trabalhador?”. Por “fim”, entende-se a ponta da cadeia produtiva da erva-mate em Santa Catarina – os lucros dos empresários do setor, e, em contrapartida, o desenvolvimento social da região que abriga os trabalhadores da colheita. Algo mudou na vida dos “caboclos” desde o final do século XIX, quando se iniciou a comercialização da erva-mate? Analisarei como cada etapa da produção, da indústria ao varejo, atua e contribui para que a situação degradante dos trabalhadores permaneça igual todos os anos. Pretendo falar com empresários do setor ervateiro, com donos de distribuidoras de alimentos, com assistentes sociais dos municípios do Meio Oeste e Planalto Norte e, claro, com trabalhadores da colheita.

3. DESENVOLVIMENTO

As atividades de pesquisa, apuração e redação final do texto foram distribuídas conforme a tabela abaixo:

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO
1. Elaboração do pré-projeto	25/08/2015 a 20/11/2015	Pesquisa bibliográfica; seleção de fontes.
2. Pré-produção	11/01/2016 a 22/01/2016	Agendamento das entrevistas; reserva de pousadas/hospedagem; reuniões de orientação.
3. Produção	1º/02/2016 a 05/02/2016 (A); 08/02/16 a 12/02/2016 (B); 22/02/2016 a 26/02/2016 (C); 29/02/2016 a 04/03/2016 (D); 14/03/2016 a 25/03/2016 (E)	Apuração, em cinco etapas, nas onze cidades.
4. Pós-produção	26/03/2016 a 26/05/2016	Transcrição das entrevistas, redação das reportagens, edição do livro.

O Oeste, Meio Oeste e Planalto Norte de Santa Catarina foram as regiões escolhidas para comporem o roteiro de apuração do livro-reportagem. As florestas de erva-mate, plantada ou nativa, estão presentes em quase todas as regiões de Santa Catarina. A colheita da erva-mate para a indústria, que ocorre durante todo o ano, exceto em épocas de chuva, acontece em mais de vinte municípios do estado. É na cidade de Canoinhas (no Planalto Norte) e Catanduvas (Meio Oeste) que a maioria das indústrias da erva-mate estão localizadas, assim como os sindicatos que representam as ervateiras.

As cidades a serem visitadas na reportagem foram escolhidas com base em históricos de autuação do Ministério do Trabalho e Emprego e recente fiscalização (menos de três anos) da Fiscalização do Trabalho Rural. Sendo assim, os municípios selecionados foram Monte Castelo e Canoinhas (viagem A); Vargem Bonita e Catanduvas (viagem B); Capinzal, Erval

Velho (viagem C); Ponte Serrada, Vargeão, Aberlardo Luz, Xaxim e Chapecó (viagem D e E). A apuração será de, em média, uma semana para cada uma das cinco viagens, entre os meses de fevereiro e março.

4. CRONOGRAMA

	2015			2016						
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Entrega versão preliminar do projeto de TCC										
Entrega final do projeto de TCC										
Revisão do projeto de TCC										
Pesquisa e revisão bibliográfica										
Desenvolvimento parte empírica										
Redação final do texto										
Depósito das cópias do TCC para banca										
Defesa final										

5. ORÇAMENTO

O custo estimado para execução do projeto é de R\$ 4.600,00. Todas as despesas serão arcadas com financiamento próprio. Os valores foram estipulados com base na seguinte tabela de gastos:

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
Transporte	10 viagens (média de 200km)	800,00
Equipamento	Câmera Fotográfica	2000,00

Hospedagem	10 pernoites (apenas para o caso de cidades muito distantes de Chapecó)	800,00
Demais custos	Deslocamento para as zonas rurais dos municípios, alimentação, ligações, etc.	1000,00

6. FINALIDADES

Ao narrar a dura realidade de trabalhadores de um dos setores produtivos mais tradicionais e lucrativos da economia catarinense, este livro-reportagem assume a finalidade de contribuir para a discussão do papel do jornalismo no sistema capitalista. A quem serve emocionar e explorar a subjetividade de homens e mulheres à margem das oportunidades desse modo de produção? Como este produto jornalístico se insere na lógica de um modelo de negócios que, muitas vezes, visa ao lucro em detrimento do interesse público? É possível realizar uma reportagem que dê voz às histórias de vida de trabalhadores subalternos (SPIVAK, 2010) e, ao mesmo tempo, conectá-las a uma realidade econômica e social de modo a desnudar elementos universais em cada narrativa singular (GENRO FILHO, 1987, p. 152-168).

Como exemplo de reportagem com viés subjetivo, que apenas expõe e não problematiza questões inerentes à realidade incrustada aos personagens, cito a reportagem “As quatro estações de Iracema e Dirceu”, publicada em 21 de junho de 2015 em versão multimídia no site e em um encarte de 24 páginas na edição impressa do jornal Diário Catarinense, do Grupo RBS¹. Com fotos produzidas, diagramação interativa e inserções em áudio da repórter, a reportagem conta a história de uma família composta por pai, mãe e 14 filhos, apresenta a cidade em que habitam, Timbó Grande, e até viaja à Alemanha para realizar uma despropositada entrevista com pessoas em comum ao imigrante que chegou ao Brasil vindo da Alemanha no início do século XIX, possível parente de Dirceu.

O casal que dá nome a reportagem do Diário Catarinense se conheceu num erval e, não por coincidência, vive em situação de extrema pobreza. Iracema e Dirceu foram tarefeiros na colheita da erva-mate, expostos às jornadas exaustivas e condições insalubres da atividade. A reportagem não discute, porém, o porquê da miséria, e nem ao menos expõe quem lucra com a

¹ Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_quatro_estacoes_iracema_dirceu/. Acesso em: 24 nov. 2015.

exploração: só interessa o que é mais subjetivo, singular e que, por isso mesmo, dificulta a problematização da realidade externa à Iracema e Dirceu, como a escravidão no campo.

O mesmo grupo empresarial que financia um trabalho jornalístico sobre personagens à margem de direitos básicos, como no caso do casal de Timbó Grande, investe numa reportagem sobre os barões gaúchos do agronegócio que compraram terras baratas na região conhecida como Matopiba, no Norte e Nordeste, no final da década de 1980². A relação de exploração do trabalho e exclusão do desenvolvimento que marca a história do casal de trabalhadores rurais de Santa Catarina se repete na vida dos nativos e indígenas expulsos de suas terras pelo agronegócio, transformando “Matopiba” num das regiões de maior conflito por terra do Brasil (CPT, 2014). Adelmo Genro Filho ajuda a esclarecer o duplo papel do jornalismo realidade pela RBS:

Em virtude do caráter de classe da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social. Nesse sentido, o jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também determinadas condições imaginárias de cidadania, **preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema**. Isso ocorre, tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista que emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas. (GENRO FILHO, 1987, p. 152-168)

Mais do que um mero compromisso burocrático para a conclusão do curso, espero que o livro-reportagem, ao narrar uma realidade inerente ao modo capitalista, contribua para reforçar o caráter transformador do jornalismo, possível apenas quando este é independente dos interesses empresariais. Neveu (2005) afirma que o proprietário de meios de comunicação é, antes de tudo, um empresário *capitalista*; não interessa a ele, pois, desmascarar ou desnudar realmente uma realidade de exploração que traz implícita uma denúncia ao próprio modo de produção capitalista. O jornalismo empresarial, porém, não abre mão de produzir conteúdos com temáticas relacionadas às mazelas do sistema, reportagens que costumam causar comoção. Para Ciro Marcondes Filho, isso é sensacionalismo, ou “o grau mais radical de mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 66).

² Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/especiais-zh/zh-matopiba-tche/>. Acesso em: 24 nov. 2015.

7. REFERÊNCIAS

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívidas no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

LIMA, Benedito; SURKAMP, Luize. **Erva-mate**: erva que escraviza. Fortaleza: La Barca, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

MTE. **Trabalho Escravo em Retrospectiva: Referências para Estudos e Pesquisas**. Brasília, 2012.

NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2005.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997. 231 p.

REZENDE, Lilian. **Entrevista gravada**. 12 maio. 2015.

SAKAMOTO, Leonardo (Org); Monteiro, Lucia (Org); Campos, André, et al. – **Repórter Brasil: 10 anos de estrada de terra em 17 grandes reportagens**. São Paulo: Julho de 2012.
TERRA, Comissão Pastoral da. **Conflitos no Campo**: Brasil 2014. Goiânia: CPT, 2014.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Minas Gerais: UFMG. 2010.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa (Org). **Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil**. OIT, 2011.

8. BIBLIOGRAFIA A SER CONSULTADA

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Trabalho Escravo** - Caracterização Jurídica. São Paulo, LTr, 2014.

BARTRA, Armando. *El capital en su laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida*. México, Itaca, 2006.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro, CEDI/Koinonia, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende, PRADO, Adonia Antunes, GALVÃO, Edna Maria (Org). **Privação de Liberdade ou Atentado à Dignidade**: escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Ed Mauad X, 2013.

MARTINS, José de Souza. **O massacre dos Inocentes**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **A Fronteira Final** - A Globalização e a Questão Agrária no Brasil. Gurupi: Veloso, 2012.

NETO, Vito Palo. **Conceito Jurídico e Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2008.

NEVES, Débora Maria Ribeiro. **Trabalho Escravo e Aliciamento**. São Paulo: LTr, 2012

NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (Org). **Migrantes** - Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SUTTON, Alison. **Trabalho escravo**: o elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. Londres: Anne-Marie Sharman, 1994.

VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Org.). **Trabalho escravo contemporâneo**: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006.

9. ANEXO A

QUADRO COMPARATIVO DA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO 2003 a 2015



ANO	TOTAL DE AFT (1)	EMPRESAS FISCALIZADAS	TRABALHADORES REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL	TREF (%)	AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	EMPRESAS AUTUADAS	TRABALHADORES ALCANÇADOS	TRABALHADORES REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL				CRIANÇAS/ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO E AFASTADOS PELA FISCALIZAÇÃO (1)	RECOLHIMENTO DO FGTS			RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO MOÉL PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO (1)			
								Geral (1)	Rural	Pessoas com deficiência	Aprendizes		Modificações Lançadas	Valor Modificado (R\$ mil)	Valor Recolhido Sob Ação Fiscal (R\$ mil)	Operações	Estabelecimentos Fiscalizados	Trabalhadores Resgatados	Pagamentos de Indenizações aos Trabalhadores (R\$)
2003	2.837	285.241	22.257.503	83,01	103.308	58.589	22.257.503	534.125	103.545	ND	18.146	11.897	14.403	614.345,89	183.595,49	67	188	5.223	6.085.918,49
2004	2.927	302.905	24.453.179	87,14	100.413	56.086	24.453.179	708.957	173.581	ND	25.215	4.040	13.404	604.988,33	223.978,72	72	275	2.887	4.905.613,13
2005	2.935	375.097	27.650.689	107,084	59.756	59.756	27.650.689	746.272	115.560	12.786	28.605	7.748	15.481	519.231,92	303.655,71	83	187	4.273	7.554.809,21
2006	2.872	357.319	30.881.772	86,46	115.085	61.809	30.881.772	870.035	110.164	19.978	44.049	12.458	15.544	692.260,43	271.819,92	103	199	3.308	6.136.944,00
2007	3.172	357.788	32.176.353	86,03	113.387	60.677	32.176.353	746.245	138.023	22.314	52.676	7.999	15.686	813.355,22	319.616,35	114	203	5.963	9.878.840,98
2008	3.112	299.013	30.959.946	83,54	106.722	55.644	30.959.946	668.857	112.536	25.844	56.637	5.767	13.165	924.660,52	316.191,85	158	301	5.016	9.011.762,94
2009	2.948	282.377	34.007.719	81,43	113.382	57.678	34.007.719	589.680	98.431	26.448	68.926	4.894	13.880	1.082.029,88	392.362,46	156	350	3.789	5.908.897,07
2010	3.061	255.503	30.883.740	77,77	106.253	57.258	30.883.740	516.376	78.218	28.752	87.823	5.617	11.745	843.352,35	335.949,64	142	310	2.628	8.786.424,89
2011	3.042	269.253	34.235.552	74,10	135.741	68.566	34.235.552	489.423	60.985	34.995	118.164	10.362	16.146	1.272.842,35	328.104,25	164	331	2.428	5.985.771,62
2012	2.875	269.025	35.506.836	71,53	143.025	67.960	35.506.836	419.183	48.448	35.420	140.900	6.363	15.875	1.355.037,19	309.012,41	120	226	2.354	8.020.050,69
2013	2.719	275.139	38.852.952	67,50	170.686	72.991	38.852.952	375.459	22.541	40.897	180.256	7.432	16.001	2.038.823,35	332.293,17	162	264	1.688	7.228.132,59
2014	2.713	265.050	37.454.412	62,29	184.423	78.495	37.454.412	290.245	9.713	42.613	165.388	5.522	18.511	2.332.058,20	297.409,17	141	241	1.381	5.635.019,73
2015 (1)	2.605	138.803	17.518.241	56,51	100.134	47.204	17.518.241	137.264	2.553	20.457	90.285	5.148	10.113	1.105.024,84	102.646,70	59	103	222	674.834,70
TOTAL		3.732.513	396.639.884	79,86	1.603.583	802.713	396.639.884	6.881.121	1.074.278	309.905	1.056.990	95.247	189.964	14.198.086,07	3.717.635,84	1.541	3.178	41.110	85.813.020,24

(1) Até 2014, a referência é o número de auditores fiscais do trabalho em exercício no mês de dezembro.

(1) Inclui os números das três colunas seguintes.

(1) Para dados detalhados a partir de 2008, consultar o Sistema de Informações sobre o Trabalho Infantil - SITI, no endereço eletrônico: <http://siti.mte.gov.br>. As crianças/adolescentes cientes afetados são encaminhadas para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a fim de inclusão em programa de transferência de renda.

(1) Todos os dados de 2015 atualizados até o mês de junho.

(1) O total da TREF refere-se ao período de 2003 a 2015 e não à soma ou média dos anos desse período.

TREF - Taxa de Regularização em Estabelecimentos Fiscalizados = Relação percentual entre nº de itens de legislação trabalhista irregulares regularizados na ação fiscal / nº de itens de legislação trabalhista encontrados em situação irregular.

A TREF é o indicador do Programa Trabalho Legal (PPA 2003-2009) e Rede de Proteção ao Trabalho (PPA 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015).

(1) Dados do trabalho escravo em 2015 referentes ao mês de junho atualizados com relatórios recebidos até 13/07/2015.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFI/SIT/MTE e R elatórios específicos de fiscalização para erradicação do trabalho infantil e para erradicação do trabalho escravo.

10. ANEXO B

Rondônia									
	Municípios	Nome do Conflito	Data da Denúncia	Trab. Denúncia	Adol/Crianças	N. Trab. Libertos	Procedência	Violência	Tipo de Trabalho
	Theobroma	Fazenda Nicomar	23/03/2014	5			SI		Pecuária e agrotóxicos
		Subtotal = 1		5					
Roraima									
	Municípios	Nome do Conflito	Data da Denúncia	Trab. Denúncia	Adol/Crianças	N. Trab. Libertos	Procedência	Violência	Tipo de Trabalho
	Boa Vista	Fazenda em Cantá	02/08/2014	2		2	Nicarágua		Pecuária
	Caracarái	Madeira Nova Era Ind. Com. Imp. e Exportação	12/10/2014	12		12	SI		Desmatamento
	Caracarái	Madeira Ipê Ind. Com. Imp. e Exp. Ltda	12/10/2014	12		12	SI		Desmatamento
	Caroebe	Fazenda Modelo (3 Corações)	20/02/2014	1		1	SI		Pecuária
		Subtotal = 4		27		27			
Santa Catarina									
	Municípios	Nome do Conflito	Data da Denúncia	Trab. Denúncia	Adol/Crianças	N. Trab. Libertos	Procedência	Violência	Tipo de Trabalho
	Campo Erê	Área do Airton Luiz Cobalchini	27/05/2014	1		1	SI		Reflorestamento
	Caxambu do Sul	Área do Zolair Tomazi Damo	27/05/2014	1		1	SI		Pecuária
	Criciúma	Área do Ronaldo Dalmolin Martinello	28/10/2014	14		14	SI		Lavoura
	Grão Pará	Faz. de Produção de Tabaco/One Alliance	23/12/2014	5	1	5	SI		Lavoura
	Imbuia	Área do Joel Márcio Hames	02/12/2014	22		22	SI		Lavoura
	Pinhalzinho	Ervateira Caval Branco	10/04/2014	5		5	SI		Extratativismo
		Subtotal = 6		48	1	48			
São Paulo									
	Municípios	Nome do Conflito	Data da Denúncia	Trab. Denúncia	Adol/Crianças	N. Trab. Libertos	Procedência	Violência	Tipo de Trabalho
	Bauru	Canavial do Emérito de Lima	15/09/2014	9		9	SI		Cana-de-açúcar
	Paraibuna	Faz. Santo Antônio Raimundo da Silva	26/06/2014	17		17	SI		Reflorestamento
	Piracaia	Carvoaria Abrão A. de Oliveira	21/01/2014	6		6	SI		Carvoaria
	Piracaia	Carvoaria Bom Sucesso Ltda	21/01/2014	4		4	SI		Carvoaria
	Piracaia	Carvoaria Luiz G. A Pinheiro	21/01/2014	10		10	SI		Carvoaria
	Piracaia	Faz. Ribeirão dos Índios/Carvão Cacique	20/01/2014	12		12	SI		Carvoaria
		Subtotal = 6		58		58			
Sergipe									
	Municípios	Nome do Conflito	Data da Denúncia	Trab. Denúncia	Adol/Crianças	N. Trab. Libertos	Procedência	Violência	Tipo de Trabalho
	Capela	Usina Taquari	30/09/2014	40		40	AL		Cana-de-açúcar
		Subtotal = 1		40		40			

11. ANEXO C



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR

Florianópolis, 23 de novembro de 2015.

Eu, Carlos Augusto Locatelli, professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, assumo a responsabilidade pela orientação, no semestre 2016.1, do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Poliana Dallabrida Wisentainer, matrícula 11201802, que tem como título "O gosto amargo do escravo: os trabalhadores da colheita da erva-mate em Santa Catarina".

A assinatura manuscrita do professor Carlos Augusto Locatelli é feita em tinta preta e está sobre uma linha horizontal que serve como base para o nome por extenso.

Nome por extenso do professor
Número do SIAPE: 1159852

12. ANEXO D



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE LABORATÓRIO

Florianópolis, 23 de novembro de 2015.

Eu, Ivan Luiz Giacomelli, responsável pela Supervisão/Coordenação do Laboratório de Fotojornalismo, do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, declaro estar ciente de que a aluna Poliana Dallabrida Wisentainer, matriculada no Curso de Jornalismo, sob o número de matrícula 11201802, necessitará utilizar as dependências e os equipamentos disponíveis do referido Laboratório para uso no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a ser realizado no período de 2016.1. Como responsável pelo setor, comprometo-me a operacionalizar as demandas necessárias seguindo o cronograma previamente apresentado.

OBS.:
há necessidade de
regendamento prévio
do uso dos equipamentos.
Ivan

A handwritten signature in black ink, reading 'Ivan Luiz Giacomelli', written over a horizontal line.

Nome por extenso do responsável
Número do SIAPE: 1281270